

## A INTERSECCIONALIDADE COMO POSSIBILIDADE TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA ANÁLISE DOS PROCESSOS EDUCATIVOS DE MULHERES NEGRAS

Deiziane Ferreira<sup>1</sup>  
Ana Paula Andrade<sup>2</sup>

### Resumo

Este trabalho visa apresentar a interseccionalidade como uma proposta teórico-metodológica para responder como se dá o processo educativo de mulheres negras na rede social *Instagram*. A ideia é analisar nesta pesquisa algumas mulheres que fazem uso da rede social para levantar pautas raciais e promover debates que constroem e reconstróem suas subjetividades. Trazemos aqui um primeiro recorte da pesquisa em andamento no Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais. Para tanto, fizemos uma revisão bibliográfica a fim de compreender a interseccionalidade em seu campo conceitual e enquanto metodologia analítica. Perpassando pela desconstrução de verdades impostas secularmente sobre essas mulheres, buscamos identificar quais estratégias as mesmas têm construído e utilizado para subverter normativas raciais e de gênero. Os escritos de autoras, como Kimberlé Crenshaw e Carla Akotirene, apontam que a lente interseccional permite dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado. Os resultados dessa revisão bibliográfica revelam que a interseccionalidade tem se configurado como uma ferramenta metodológica analítica sensível às opressões estruturais sofridas pelas mulheres negras. Assim, para analisarmos os processos educativos dessas mulheres na rede social *Instagram*, notamos que é necessário fazermos uma articulação entre raça, gênero, sexualidade, classe, faixa etária e território, a fim de obtermos uma abordagem metodológica que nos possibilite enxergar a colisão estrutural que contempla mulheres negras.

**Palavras-chave:** revisão bibliográfica; marcadores sociais; opressões cruzadas; colisão estrutural.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (PPGE FaE UEMG). E-mail: deizianeferreira99@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (PPGE FaE UEMG). E-mail: anapandrade@yahoo.com.br.

## Introdução

Neste trabalho, apresentamos a interseccionalidade como uma proposta teórico-metodológica para responder como se dá o processo educativo de mulheres negras na rede social *Instagram*. A ideia é analisar nesta pesquisa algumas mulheres que fazem uso da rede social para levantar pautas raciais e promover debates que constroem e reconstróem suas subjetividades. Considerando que a mídia participa ativamente da constituição de sujeitos e subjetividades (FISCHER, 2002), podemos pensar nas redes sociais como um potente espaço educativo que influencia as sujeitas na construção e reconstrução do seu modo de ser e estar no mundo. Dentro dessa perspectiva, trazemos aqui um primeiro recorte da pesquisa em andamento no Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais, cuja ideia é analisar algumas mulheres que fazem uso da rede social para levantar pautas raciais e promover debates que refletem em seus processos de subjetivação. Nesse recorte, fizemos uma revisão bibliográfica de autoras como Kimberlé Crenshaw, Carla Akotirene e Patrícia Hill Collins, a fim de compreender a interseccionalidade em seu campo conceitual e enquanto metodologia analítica.

No campo da educação, as pesquisas e práticas têm sido altamente receptivas à investigação e à práxis crítica da interseccionalidade. Pesquisadoras e pesquisadores têm considerado questões relativas ao cruzamento dos marcadores sociais que perpassam as experiências e os resultados no ensino de grupos desprovidos de direitos (COLLINS; BILGEN, 2020). Em uma pesquisa que propõe a análise sobre os processos educativos de mulheres negras, faz-se necessário um olhar que enxergue para além do gênero e, nesse caso, a interseccionalidade oferece arcabouço teórico e metodológico para compreender essas mulheres e os processos que atravessam as suas vivências.

Dessa forma, apresentamos a interseccionalidade enquanto um conceito e como uma ferramenta analítica criada por mulheres negras, que pode auxiliar na pesquisa que propomos. Buscar respostas teóricas e metodológicas recorrendo a produções intelectuais de mulheres negras, nos permite, como afirma Beatriz do Nascimento (1974, p. 97), entender os nossos processos “buscando nós mesmos”. Assim, utilizar a interseccionalidade como uma estratégia de análise

viabiliza compreender os processos educativos de mulheres negras pautados por aspectos sócio-históricos, políticos, econômicos e pela interação de eixos de discriminação que as atravessam simultaneamente.

## **Interseccionalidade: história de um conceito**

A interseccionalidade busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da associação de múltiplos sistemas de subordinação. Este termo foi cunhado pela afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw em 1989. A autora utiliza uma metáfora de intersecção para fazer uma analogia em que raça, etnia, gênero e classe constituem em “avenidas” que estruturam os terrenos sociais, políticos e econômicos. Para ela, essas avenidas são definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes. Crenshaw (2002) salienta que:

As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias. As mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionados nessas intersecções em virtude de suas identidades específicas, devem negociar o tráfego que flui através dos cruzamentos. Esta se torna uma tarefa bastante perigosa quando o fluxo vem simultaneamente de várias direções. (CRENSHAW, 2002, p.177).

Dessa forma, a interseccionalidade nos possibilita compreender as sobreposições de opressões que está submetida uma pessoa, em especial, a mulher negra.

Carla Akotirene (2019, p.14) evidencia que a interseccionalidade, para além de nos permitir enxergar a colisão das estruturas e a interação simultânea das avenidas identitárias, nos possibilita enxergar também o fracasso do feminismo hegemônico em contemplar a pluralidade de mulheres; ao se falar de gênero, é preciso destacar que dentro dessa vertente existem intersecções. Da mesma forma, para Avtar Brah (2006), o grupo de mulheres não é homogêneo, portanto os padrões impostos sobre elas se diferenciam:

Nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder. [...] Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas” ou “mulheres imigrantes”. [...] O signo “mulher” tem

sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero. Seu fluxo semiótico assume significados específicos em discursos de diferentes “feminilidades” onde vem a simbolizar trajetórias, circunstâncias materiais e experiências culturais históricas particulares. (BRAH, 2006, p. 341).

Nesse sentido, os movimentos feministas por vezes foram falhos ao não abarcar as experiências vivenciadas pelas mulheres negras, já que “enquanto mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto e ao trabalho, mulheres negras lutavam para ser consideradas pessoas”, como bem afirma Djamila Ribeiro (2018, p. 34).

Judith Butler (2003) é perspicaz ao afirmar que:

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é [...] o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente construídas. [...] A presunção política de ter de haver uma base universal para o feminismo, a ser encontrada numa identidade supostamente existente em diferentes culturas, acompanha frequentemente a ideia de que a opressão das mulheres possui uma forma singular, discernível na estrutura universal ou hegemônica da dominação patriarcal ou masculina. (BUTLER, 2003, p. 21).

Falar sobre mulheres implica na discussão sobre os corpos considerados político-normativos e sobre os corpos que não conseguem se “materializar” na sociedade. Dentro dessa perspectiva, cabe pensar nas experiências e nas opressões sofridas pelas sujeitas não apenas pautadas em seu gênero, mas também na categoria racial, uma vez que os corpos são lidos socialmente de formas distintas a depender dos marcadores sociais que os atravessam.

Apesar do termo interseccionalidade, enquanto uma proposta teórica-metodológica, ter sido organizada e articulada por Crenshaw no século XX, não podemos ignorar, como bem salienta Akotirene (2019), que as reivindicações de mulheres negras a partir do século XIX já pressupunham as opressões inter cruzadas que sofriam. Como exemplo, podemos citar o discurso que ficou conhecido como “*Eu não sou eu uma mulher?*” da abolicionista e ex-escravizada Sojourner Truth (1851), onde ela articula as estruturas de racismo, capitalismo, cisheteropatriarcado e etarismo questionando a categoria mulher universal; mostrando que se a maternagem obrigatória revela um destino biológico para todas as mulheres, seria oportuno

ressaltar que as filhas e os filhos das africanas eram vendidos escravizados. (AKOTIRENE, 2019, p.17):

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH, 1851).

Por meio desse discurso, foi possível entender qual era a grande questão que atravessava a vida das mulheres negras. Elas não eram consideradas mulheres, portanto não eram pensadas pelo feminismo branco. Dessa forma, a abolicionista evidenciou os problemas que as mulheres negras enfrentavam; colocando em questão o gênero, uma vez que a sua experiência enquanto mulher era marcada fundamentalmente pela sua condição de raça.

Assim como Sojourner Truth antecedeu o discurso sobre interseccionalidade, é possível identificarmos no Brasil, nos anos de 1970, uma movimentação de mulheres negras que já revelavam a preocupação de que o gênero deveria ser pensado atrelado a outros marcadores sociais:

Em 1975, no início da Década das Mulheres promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), as mulheres negras apresentaram o Manifesto das Mulheres Negras no Congresso das Mulheres Brasileiras. O manifesto chamou atenção para como a vida das mulheres negras no trabalho, na família e na economia era moldada por gênero, raça e sexualidade. Durante essa década, as feministas brancas permaneceram indiferentes ou incapazes de abordar as preocupações das mulheres negras. Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e muitas outras ativistas feministas negras continuaram a lutar pelas questões relativas às mulheres negras. Essa luta é ainda mais notável quando se sabe que ocorreu sob o regime militar no Brasil (1964- 1985) e precedeu o entendimento contemporâneo da interseccionalidade. (COLLINS; BILGEN, 2020, p.41).

Podemos citar algumas intelectuais negras que apresentam perspectivas de análise que levam em consideração as interações entre um ou mais marcadores sociais. Beatriz do Nascimento

(1976), no artigo “Mulher negra no mercado de trabalho” aponta para a manutenção das hierarquias de dominação sobre a mulher negra que foram consolidadas há séculos na sociedade brasileira pelas influências da colonização. A autora destaca que essas mulheres continuam a ocupar os cargos mais subalternizados, mesmo após a dinamização do mercado de trabalho, na década de 1930.

Ao encontro dessa discussão, Neusa Santos Souza (1983) corrobora com a ideia de que a raça não pode se desvincular da experiência de classe, uma vez que, no processo de constituição do sujeito negro no Brasil, a classe é elemento constitutivo da violência racista.

Também pensando para além do gênero, Lélia Gonzalez (1988), ao apresentar a categoria *amefricanidade* faz uma discussão que diz sobre a importância do feminismo negro considerar as vivências locais, pois embora as experiências de mulheres negras norte-americanas serem necessárias para se pensar a luta antirracista é preciso se atentar as particularidades geográficas. Assim, de acordo com Akotirene (2019), a interseccionalidade se configura como uma sensibilidade analítica pensada por feministas negras cujas experiências e reivindicações eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracistas, que era focado sobretudo nos homens negros. A autora enfatiza ainda, amparada na metodologia de Patricia Hill Collins, que a interseccionalidade não se configura como a soma de opressões, mas sim como uma interação entre elas:

A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialista, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas. (AKOTIRENE, 2019. p. 27).

Nesse sentido, não existe hierarquia de opressão, como bem afirma Audre Lorde (2009). Os eixos de discriminação atravessam as sujeitas de forma simultânea. Uma mulher, negra e lésbica vivencia opressões de gênero, raciais e cisheteronormativas de forma coexistente:

Dentro da comunidade lésbica eu sou Negra, e dentro da comunidade Negra eu sou lésbica. Qualquer ataque contra pessoas Negras é uma questão lésbica e gay, porque eu e milhares de outras mulheres Negras somos parte da

comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão de Negros, porque milhares de lésbicas e gays são Negros. Não existe hierarquia de opressão. Eu não posso me dar ao luxo de lutar contra uma forma de opressão apenas. Não posso me permitir acreditar que ser livre de intolerância é um direito de um grupo particular. (LORDE, 2009, p.6).

Akotirene (2019, p.28) chama atenção para “o que faremos politicamente com a matriz de opressão responsável por produzir diferenças, depois de enxergá-las como identidades”. À vista disso, tomaremos a interseccionalidade como uma possibilidade teórico-metodológica imprescindível para se analisar as mulheres negras.

### **A interseccionalidade como possibilidade teórico-metodológica**

A partir das considerações acerca do conceito de interseccionalidade, intencionamos sua articulação com os estudos sobre os processos educativos de mulheres negras nas redes sociais. De acordo com Rosa Maria Bueno Fischer (2002), a mídia se constitui como um local poderoso no que tange à constituição de sujeitos e subjetividades na sociedade contemporânea. Nesse sentido, é impossível não reconhecermos que os espaços da mídia se constituem também como lugares de formação. A autora afirma que:

No âmbito específico das práticas escolares, o próprio sentido do que seja “educação” amplia-se em direção ao entendimento de que os aprendizados sobre modos de existência, sobre modos de comportar-se, sobre modos de constituir a si mesmo – para os diferentes grupos sociais, particularmente para as populações mais jovens – se fazem com a contribuição inegável dos meios de comunicação. (FISCHER, 2002, p. 153).

Propomos então, amparadas por essa perspectiva, uma pesquisa que visa responder como se dá o processo educativo de mulheres negras na rede social *Instagram*, na qual a ideia é analisar algumas mulheres que fazem uso das mídias sociais para levantar pautas raciais e promover debates que constroem e reconstróem suas subjetividades. Para este estudo, estamos considerando a inserção da interseccionalidade em seu campo conceitual e enquanto metodologia analítica, para corroborar em nossos processos investigativos.

Como já destacado, a interseccionalidade:

visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural



do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. (AKOTIRENE, 2019, p. 14).

Na dimensão teórica, essa abordagem se sustenta na tradição feminista negra como um caminho para ressarcir vozes secularmente inaudíveis em razão dos equívocos analíticos de tomar as mulheres de modo universal. Do ponto de vista metodológico, a interseccionalidade funciona como localizador das experiências das mulheres negras interceptadas pelas estruturas do racismo, classismo, sexismo e outras (AKOTIRENE, 2019).

Patrícia Hill Collins e Sirma Bilgen (2020, p. 58), em seus estudos sobre a interseccionalidade, apontam que ela se apresenta como uma forma de investigação crítica que invoca um amplo sentido de usos de estruturas interseccionais para estudar uma variedade de fenômenos. Ao fazerem uma análise do trabalho da socióloga Bonnie Thornton Dill (2001), as autoras abordam que como ferramenta analítica a interseccionalidade apresenta duas facetas: “1) uma abordagem para entender a vida e o comportamento humano enraizados nas experiências e lutas de pessoas privadas de direitos; e 2) uma ferramenta importante que liga a teoria à prática e pode auxiliar no empoderamento de comunidades e indivíduos.” Para Collins e Bilgen (2020), navegar pelas diferenças é parte importante do desenvolvimento da consciência crítica, tanto para indivíduos como para as formas de conhecimento.

A partir dos marcadores – raça, gênero, sexualidade, faixa etária, classe, território, entre outros, observaremos como a interseccionalidade atravessa as mulheres negras, em específico, as do *Instagram*, que serão ainda escolhidas para a pesquisa em curso. Outros marcadores podem surgir pela especificidade de cada mulher que só lhe pertence. Com base nesses atravessamentos, investigaremos como as mulheres negras se articulam na rede social supracitada e como ocorrem nesse meio os processos educativos. Trabalhar com a interseccionalidade como uma analítica permite deixar que as sujeitas da pesquisa falem por si. Assim, optarmos pela interseccionalidade enquanto teoria e método nos possibilita compreender os processos que atravessam a vida das mulheres negras com base em ferramentas criadas por elas. Construir a pesquisa que propomos em diálogo com intelectuais negras, nos fornecerá amparo epistêmico e uma lente interseccional capaz de compreender essas mulheres na



diversidade de gênero, sexualidade, classe, faixa etária e território.

## Considerações Finais

Ao perpassarmos pelo conceito de interseccionalidade, compreendemos as sobreposições de opressões que está submetida às mulheres negras. Observamos que alguns marcadores sociais incidem diretamente em suas experiências enquanto sujeitas; dentre eles destacamos a raça, o gênero, a sexualidade, a classe, a faixa etária e o território, não deixando de considerar a possibilidade de existência de outros.

No decorrer deste trabalho, refletimos sobre as diferenças existentes entre as mulheres e a inviabilidade de pensarmos supostas universalidades e unidade das sujeitas enquanto mulher. Dentro dessa perspectiva, a interseccionalidade se configura como uma ferramenta analítica sensível às opressões estruturais sofridas pelas mulheres negras, já que estas, anteriormente, enfrentavam opressões que eram inobservadas pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, que era focado sobretudo nos homens negros.

Consideramos que utilizar a interseccionalidade como uma estratégia analítica, em nossa pesquisa, viabiliza compreender os processos educativos de mulheres negras pautados por aspectos sócio-históricos, políticos, econômicos e pela interação de eixos de discriminação que atravessam as sujeitas de forma simultânea. Com base nas revisões feitas até o momento, percebemos que a lente interseccional permite dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado. Entendemos que as mulheres negras também não devem ser pensadas como uma categoria universal, suas lutas são plurais e diversas, nesse sentido, precisamos interseccionalizar nossas pesquisas para compreendermos essas mulheres em suas multiplicidades e enxergarmos a colisão estrutural que reflete na construção de suas subjetividades.

## Referências

Akotirene, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade\\_\(Feminismos\\_Plurais\)\\_-\\_Carla\\_Akotirene.pdf?1599239359](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_(Feminismos_Plurais)_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359). Acesso em: 14 set. 2022.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/B33FqnvYyTPDGwK8SxCPmhy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 out. 2022.

BUTLER, Judith Pamela. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/191493/PFIL0320-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 7 out. 2022.

COLLINS, Patricia Hill; BILG, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo, Boitempo, 2020. Disponível em: [https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/843831/mod\\_resource/content/3/Patricia%20Hill%20Collins%20-%20Interseccionalidade%20-%28oficial%29.pdf](https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/843831/mod_resource/content/3/Patricia%20Hill%20Collins%20-%20Interseccionalidade%20-%28oficial%29.pdf). Acesso em: 7 out. 2022.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. Ano 10 vol. 1, 2002. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2022.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p. 151-162, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27882/29654>. Acesso em: 19 out. 2022.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988a. Disponível em: <https://institutoodara.org.br/wp-content/uploads/2019/09/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

LORDE, Audre. Não há hierarquias de opressão. In: **Textos escolhidos de Audre Lorde**. s/l: Herética Edições Lesbofeministas Independentes, 2009. Disponível em: [https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-da-populacao-lgbt/obras\\_digitalizadas/audre\\_lorde\\_-\\_textos\\_escolhidos\\_portu.pdf](https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-da-populacao-lgbt/obras_digitalizadas/audre_lorde_-_textos_escolhidos_portu.pdf). Acesso em: 7 out. 2022.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: RATTTS, Alecsandro (Alex) J. P. **Eu sou Atlântica: sobre a Trajetória de Vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo, Instituto Kuanza; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. 102-105. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetossociais/eusouatlantica.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

NASCIMENTO, Beatriz. Por uma história do homem negro. In: RATTTS, Alecsandro (Alex) J.

P. **Eu sou Atlântica:** sobre a Trajetória de Vida de Beatriz Nascimento. São Paulo, Instituto Kuanza; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. 93-97. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetossociais/eusouatlantica.pdf>. Acesso em 24 out. 2022.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. 1. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2018. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/4069/material/Quem%20Tem%20Medo%20do%20Feminismo%20Negro%20-%20Djamila%20Ribeiro.pdf>. Acesso em: 7 out. 2022.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro:** as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Neusa\\_Santos\\_Souza\\_-\\_Tornar-se\\_Negro.pdf?1599239573](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Neusa_Santos_Souza_-_Tornar-se_Negro.pdf?1599239573). Acesso em: 12. out. 2022.